

# Governo avalia prorrogar o auxílio

Ajuda a trabalhadores informais pode até se tornar permanente se outros benefícios forem extintos

## CRISE GLOBAL



|| De Brasília

Pressionada a prorrogar ou até mesmo tornar permanente o auxílio emergencial de

### Farmácia popular e abono salarial estão na mira da área econômica

R\$ 600,00 criado para socorrer trabalhadores informais durante o pico da pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica quer atrelar o debate a uma revisão de gastos sociais considerados ineficientes. Na mira dos técnicos, estão gastos como abono salarial, seguro-defeso (pagamento a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida) e farmácia popular.

O argumento é que uma revisão nesses benefícios abriria espaço no Orçamento para acomodar uma renda básica à população ou alguma outra

proposta de fortalecimento das políticas sociais. No formato atual, o auxílio emergencial custa cerca de R\$ 45 bilhões ao mês, uma despesa que não cabe no Orçamento nem no teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação.

Com o abono salarial, serão gastos R\$ 19,85 bilhões neste ano, pagos a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que 39% dos benefícios são pagos a um terço mais rico da população, enquanto só 16% vão para o terço mais pobre.

Além disso, quase metade do abono salarial é transferida hoje a trabalhadores da Região Sudeste, enquanto o Nordeste (onde a taxa de pobreza é o dobro da média nacional) fica com 22,4% do benefício. Na análise do Ipea, a contribuição do abono para a redução da pobreza no País é equivalente a zero.

### Farmácia Popular

O Programa Farmácia Popular, que promove a distribuição de medicamentos de uso comum (para tratamento de hipertensão, diabetes e asma, por exemplo), também é consi-

Cedoc/AAN



Ministério da Economia atrela auxílio à mudança na farmácia popular

derado sem foco pelos técnicos, por beneficiar famílias independentemente da renda. Para retirar um remédio pelo programa, basta um documento de identificação e receita médica. O programa custa cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Outro "alvo" dos técnicos, o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais na época de reprodução dos peixes, tem sido

usado em fraudes. Nos últimos 20 anos, o gasto com esse benefício teve um crescimento médio de 21% ao ano, já descontada a inflação, chegando a R\$ 2,5 bilhões em 2018, segundo o Ministério da Economia. A Controladoria-Geral da União também identificou saques do benefício feitos a mais de mil quilômetros do local de residência do beneficiá-

rio. Além disso, quase dois terços dos pescadores resgatam todas as parcelas de uma única vez, o que apontaria para a ineficácia da política como substituição da renda.

Na semana passada, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que o auxílio emergencial foi feito para durar "três meses e acabou" e que qualquer programa futuro só terá espaço no Orçamento com a revisão de outros gastos.

#### Negociação

A manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 além dos três meses definidos inicialmente pelo governo já virou bandeira de parlamentares e entrou na conta das projeções de mercado para o resultado fiscal do Brasil em 2020.

Economistas, porém, alertam para o risco de o País repetir os erros da crise de 2008, quando políticas temporárias para resgatar empresas e famílias se tornaram permanentes e contribuíram para o processo de deterioração das contas públicas.

Em relatório a clientes, o BTG Pactual espera uma prorrogação do auxílio emergencial por ao menos três meses, o que levaria o déficit deste

ano para R\$ 940 bilhões. Nas contas do economista Gabriel Leal de Barros, do BTG, as medidas contra a crise já elevaram a despesa do governo em R\$ 375 bilhões, e a extensão do benefício por mais 90 dias geraria custo adicional de R\$ 150 bilhões.

O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que é preciso cautela no debate sobre a transformação do auxílio emergencial em política permanente. "A base dessa discussão é arriscada. Da última vez que isso aconteceu, o remédio foi pior que a doença."

O economista da FGV é defensor de melhorias nas políticas sociais, mas vê risco de a discussão agora ir numa direção insustentável para as contas do País.

No Congresso, o argumento de parlamentares é evitar que as famílias fiquem sem nenhuma renda num momento em que a circulação do novo coronavírus no País ainda poderá inviabilizar a retomada plena das atividades e do emprego. "É importante que ele (benefício) cubra todo o período da pandemia", diz a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), defensora da prorrogação. **(Estado Conteúdo)**